

DIVISÕES SOCIAL, RACIAL E SEXUAL DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO¹

Crislane Palma as Silva Rosa
Universidade Federal da Bahia
crislanepsr@gmail.com

RESUMO: As relações sociais de classe, raça e sexo são constituintes da produção do espaço geográfico e, conseqüentemente, se materializam nele, o que pode ser notado a partir da observação de espaços públicos urbanos. Adotando a perspectiva materialista, dialética e consubstancial, buscamos compreender como a divisão social, racial e sexual do trabalho produzem o espaço urbano. Para isso, a segregação, o território e a relação entre o espaço público e o espaço doméstico interagem criando peculiaridades e padrões no que se refere à organização do espaço, sendo atravessados por essas relações sociais, o que torna estes conceitos fundamentais para a pesquisa e para a elaboração de possíveis caminhos na transformação social.

Palavras-Chave: Classe social; Raça; Relações sociais de sexo.

GT – 07: Produção do espaço urbano numa perspectiva crítica

¹ Este artigo é um dos resultados do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Quem se apropria do espaço público? Classe social, raça e sexo sob o olhar da praça do Alto das Pombas, Salvador-BA”, orientado pelo Prof. Dr. Angelo Serpa, no Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia em 2018.

1 INTRODUÇÃO

A análise das relações sociais é necessária para compreender a dinâmica de produção e reprodução do espaço, porém, embora a Geografia venha construindo bases sólidas para a compreensão do espaço numa perspectiva crítica, que envolve entender como as estruturas dinamizam e, de alguma maneira, podem determinar a organização espacial, as relações de exploração aparecem em grande parte dos estudos como sendo o centro da análise, enquanto as relações de opressão ou não aparecem, ou surgem como elementos de um segundo plano. Isto é recorrente nos estudos críticos também em outras áreas, como foi por muito tempo na Sociologia. Contudo, embora as relações sociais de classe sejam necessárias para analisar com profundidade essa dinâmica e, sobretudo para entendermos como historicamente as desigualdades produzem o espaço, as relações sociais de raça e de sexo também cumprem importante papel na sociedade e no espaço, tendo em vista que se espacializam de formas distintas, e são mediadas, sobretudo, pelo trabalho.

Se olharmos para as relações raciais no Brasil é perceptível que elas se desenvolvem intrínsecas à constituição das classes sociais, uma vez que temos um histórico escravocrata baseado na exploração-opressão da população negra, e Ianni (1966) reitera afirmando que a questão racial tem como base estruturante a força de trabalho, daí a necessidade de compreendê-la em seu contexto e com as suas especificidades. Nesse ínterim, não é a escravidão que cria o racismo, ao contrário, é o racismo que legitima a estrutura social baseada na exploração-opressão das pessoas negras, por isso, as relações de classe social não explicam automaticamente as relações raciais, elas possuem um corpo que atua junto à classe, mas não é a classe, não é seu subproduto e não se finda com ela. Embora sua origem para muitos pareça distante e ultrapassado, os avanços relacionados à questão racial no país se modificou de acordo com as transformações do próprio capitalismo, trazendo à tona conteúdos novos e ocultando bases estruturais antigas que se perpetuam através de discursos como empoderamento e representatividade.

A análise do racismo como um subproduto da classe social, da mesma maneira que a sua análise deslocada da dialética com as classes sociais, não é suficiente para compreender como as estruturas sociais dinamizam o espaço urbano, construindo territórios

suficientemente demarcados e como, por outro lado, os avanços em termos de políticas públicas não geraram a transformação dessas relações – ainda que sejam necessárias à sobrevivência física e epistêmica da população negra – pois tal como o capitalismo se transforma ao longo da história, o racismo desenvolve estratégias mais sofisticadas de atuação, o que não torna o tema ultrapassado ou suficientemente debatido.

As relações sociais de sexo analisadas, em outros termos, a partir da constituição da propriedade privada desde Engels (1984), também não se explica por uma perspectiva cultural nem pelo efeito direto do capitalismo conforme foi pensada por muito tempo, acreditando-se que o fim do sexismo ocorreria concomitante ao fim da sociedade de classes. Essa estrutura também possui um corpo de atuação que vem se modificando ao longo do tempo e absorvendo novos elementos, tal qual a questão racial, e é fundamental na manutenção do modo de produção capitalista, assumindo versões cada vez mais atualizadas de apropriação das mulheres, coletiva ou individualmente. As relações sociais de sexo são basilares à família heterossexual, que, enquanto instituição, reproduz à sociedade de classes, ainda que o formato da família tenha se modificado significativamente nos últimos anos com a conquista de direitos das mulheres e da população LGBT².

As modificações nas relações sociais de sexo são notáveis se analisamos como o discurso feminista vem sendo apropriado e transformado em mercadoria por parte de grandes empresas e do próprio Estado, que tentam mascarar as desigualdades através de uma pseudorepresentação que, não raro, reforçam os estereótipos. Embora pareça, num primeiro olhar, que a produção do espaço urbano não é afetada pelas relações sociais de sexo, ao observarmos a maneira como os corpos se apresentam nos espaços públicos – e isso sem perder de vista a relação dialética entre sexo, raça e classe – podemos notar como muitas contradições vem recebendo manutenção ao longo da história, passando por modificações que alteram o espaço absoluto e relativo, mas que não alcançam o espaço relacional (HARVEY, 2012).

² A família se modifica, mas heterossexualidade se organiza de outras formas, inclusive dentro do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, Transexuais e Transgêneros.

Explicar a importância da compreensão das relações sociais de raça e de sexo para a análise crítica da produção do espaço não significa reduzir a relevância dos estudos da classe social enquanto estruturadores do mesmo, ao contrário, a compreensão da classe nos permite relacionar com maior profundidade raça e sexo, visto que, para nós, as relações sociais são consubstanciais, ou seja, interagem consubstancialmente formando um nó que não pode ser sequenciado ao nível das práticas sociais, sendo, então, coextensivas, além de se reproduzirem e coproduzirem mutuamente (KERGOAT apud CISNE, 2014, p. 143). Por isso, o estudo parcial de uma delas nos direcionaria a uma visão também parcial da realidade³.

Se nos propomos, enquanto geógrafos/as, a estudar o espaço numa perspectiva crítica, negar estes processos e a sua materialização no espaço é, de alguma maneira, comprometer a compreensão da produção do espaço urbano enquanto totalidade. Isto porque, de acordo com Ana Fani A. Carlos, “as relações sociais se realizam na condição de relações espaciais, o que significa que a análise geográfica revela o mundo como prática sócio-espacial” (2015, p.13), então, tendo em vista que classes sociais, raça e sexo são relações sociais, a geografia pode revelá-las no espaço.

O artigo está estruturado em quatro partes, a introdução, onde apresentamos o tema e a sua relação com a geografia, a segunda sessão, “Classe social, raça e sexo”, onde há uma revisão de conceitos que fundamentam a pesquisa na perspectiva espacial – classe social, raça, sexo, divisão do trabalho – e a sua relevância para os estudos de geografia. Em seguida, desenvolvemos a materialização dessas relações no espaço a partir da divisão do trabalho e a produção do espaço urbano, compreendendo como a segregação e as territorialidades se relacionam com a dinâmica entre o espaço público e o doméstico, e por fim, e as considerações finais.

2 CLASSE SOCIAL, RAÇA E SEXO: DISCUSSÕES CONCEITUAIS

³ Esta perspectiva é baseada no feminismo materialista francófono e tem sido necessário para compreender as relações sociais e a sua espacialização uma perspectiva crítica, fugindo de análises que pautem construção de identidades ou relações estritamente culturais.

O debate sobre as classes sociais vem perdendo, nos últimos anos, seu caráter estrutural e sendo reduzido às frações de renda e padrões de consumo. No entanto, a geografia crítica traz consigo os germes da construção de um pensamento baseado na dialética entre as estruturas sociais e o espaço, compreendendo as classes como um conceito que extrapola a renda mensal, por ser uma estrutura que condiciona as relações sociais ao gerar antagonismos entre frações sociais através do trabalho e da lógica de exploração-opressão. Embora hoje a transferência direta da perspectiva de classes desenvolvida por Karl Marx para atualidade seja dificultada devido ao estágio de desenvolvimento do capital, consideramos que, mesmo com a heterogeneidade interna às classes, elas se mantêm enquanto estruturadoras da sociedade. O trabalho continua sendo explorado – em suas diversas faces, e, cada vez menos escancaradas para uma parcela da população – gerando mais-valor e, conseqüentemente, criando sustentáculos a acumulação capitalista.

Para compreendê-las, Corrêa (2016) baseando-se nos estudos de David Harvey, elucida que “a estruturação das classes sociais e suas frações advém do conjunto de três forças: primárias, residuais e derivativas”, podendo ser contraditórias e levar a configurações sociais antagônicas, à mesma medida em que são criadas outras diferenciações socioespaciais que auxiliam na reprodução capitalista. As forças primárias são as provenientes da divisão da sociedade em duas classes sociais, a burguesia – os proprietários dos meios de produção – e o proletariado, “vendedores” da força de trabalho. As forças residuais são as que se originaram nas heranças do passado e permanecem, como os herdeiros de grandes propriedades rurais que vivem na cidade.

As forças derivativas, contudo, são as que nos trazem maiores elementos para pensar a organização espacial e as classes sociais atualmente. Elas são decorrentes das dinâmicas capitalistas e de suas próprias necessidades de continuidade e acumulação, além da reprodução de uma sociedade diferenciada – ou aparentemente diferenciada. Essas forças tornaram a sociedade capitalista mais complexa e geraram sua fragmentação em diversas classes e frações de classe (CORRÊA, 2016). Elas geraram:

I- Fragmentação das classes capitalista e proletária em razão da divisão do trabalho, do progresso técnico e da especialização funcional; em consequência, vários estratos emergem, minimizando os efeitos das forças primárias; II- classes distintas de consumo, visando a uma demanda variável

e contínua fundamental para a acumulação de capital; III- aparecimento de uma classe média, burocrática, trabalhando na esfera do Estado e de grandes empresas, com o objetivo de organizar e controlar a produção, a circulação, a distribuição e o consumo; acrescenta-se que a classe média não é homogênea, apresentando diferenças quanto à renda, aos padrões culturais e à origem, por ascensão social ou por decadência de parte das antigas elites; IV- desvios de consciência de classe e projeção ideológica da classe dominante, visando desviar a atenção dos problemas das relações capital-trabalho, explorando, por exemplo, os conflitos entre empregados e desempregados; V- a necessidade de organizar as chances de mobilidade social que podem advir do processo de produção, circulação, distribuição e sua dinâmica; estas possíveis mudanças podem criar instabilidade na estrutura social, sendo necessário criar barreiras para controlar essa mobilidade, como se pode exemplificar com a educação diferenciada. (p.42)

A continuidade das relações de classes se dá pela relação entre exploração e opressão que, mediadas pelas relações de trabalho, dão manutenção à acumulação capitalista. Por exploração, compreende-se aqui a apropriação do fruto do trabalho coletivo por uma minoria, que alcançou formas bastante diversas ao longo do desenvolvimento da sociedade, sendo por vezes naturalizada, enquanto a opressão é concebida como a transformação das diferenças em desigualdades para submeter determinado grupo (ou alguém) a algum tipo de desvantagem social e/ou econômica (MARIANO; AYRES, 2013). Essa desvantagem é dada na relação com a própria exploração, já que compreendemos que ambas se reproduzem e se auxiliam mutuamente.

A esfera da exploração no Brasil foi constituída em sincronia com a opressão, a princípio com as populações indígenas, e posteriormente com a população negra. Ampliando a escala é possível notar a importância da colonização das Américas – e, conseqüentemente, do racismo – para a acumulação primitiva do capital, que, para Karl Marx (2013, p. 785-786), “é uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida”, e recebe o nome de “primitiva” por constituir “a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”; sendo assim, construiu as bases para a composição deste modo de produção, que se fundamenta na separação entre os trabalhadores e os meios de produção, dando continuidade a uma história assentada na luta de classes. Esta compreensão é necessária para pensarmos a atualidade, além de ser uma das bases para o entendimento sobre o racismo no país, já que os espaços hoje construídos são, em diversas medidas, interceptados pelas relações sociais produzidas no passado.

A assimilação do conceito de racismo requer o entendimento do conceito de ‘raça’, visto que é a partir dessa concepção que ele se desenvolve e se reestrutura. Em nota, Ianni (1966) relata que

raça é uma categoria social constituída pela integração de um conjunto de avaliações produzidas socialmente, em que as pessoas ou grupos – devido às posições reais ou imaginárias que ocupam no sistema social – se consideram como pertencentes a “raças” diversas. Nesse sentido, a categoria se elabora a partir de certas condições sociais de existência de grupos em interação e dos seus produtos sociais, passando a interferir ativamente nas auto-avaliações recíprocas, permeando as suas relações de aproximação e afastamento. (p. 47)

O racismo, no entanto, é um fator estruturante das relações sociais, tanto como ideologia quanto como prática cotidiana, que se desenvolve num processo de reprodução contínua e dialética e se apresenta através de estereótipos, segregações, encarceramentos, genocídios e barreiras que atuam na limitação dos espaços que passam a ser ocupados, pelas raças subalternizadas. Nesse ínterim, Munanga (2004) nos auxilia ao afirmar que

O racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo ao qual ele pertence. (2004, p. 22)

Silvio Almeida, da mesma forma, explica que é o racismo que “cria a raça e os sujeitos racializados”, ele constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Além disso, a raça é uma relação social que se manifesta em atos concretos no bojo de uma estrutura social que é marcada por conflitos e antagonismos. (ALMEIDA, 2018).

A análise das relações sociais de sexo, da mesma maneira, requer a compreensão do sexo como categoria social, pois embora os estudos que se direcionam neste sentido utilizem o

conceito de “gênero”, nós afirmamos aqui a necessidade de analisá-lo ultrapassando a perspectiva biológica, visto que, como afirma Mirla Cisne, o conceito de gênero foi importante para a ruptura com a perspectiva naturalista e a ênfase na construção social das mulheres e dos homens, mas em contrapartida contribuiu para a “biologização do conceito de sexo, o que leva ao risco de deixar de fora a análise social e histórica dos corpos sexuados.” (CISNE, 2014b, p. 139)

As relações sociais de sexo se dão a partir da apropriação das mulheres pelos homens e isso interfere tanto na organização social quanto na produção do espaço. Para Guillaumin (2014) as mulheres são consideradas um bem comum, sendo a apropriação a natureza específica de sua opressão, que ocorre de duas formas: material e ideologicamente. A primeira, através da relação de poder, e a segunda, pela da ideia de natureza, que afirma que as mulheres são mais naturais que os homens. A apropriação concreta se expressa das seguintes formas: a) a apropriação do tempo, já que o trabalho das mulheres está a disposição sem contrapartida contratual; b) a apropriação dos produtos do corpo, já que os homens se apropriam tanto do corpo em si, quanto do que ele produz: filhos, leite, cabelos etc.; c) a obrigação sexual, visto que o que se considera essencial da relação entre um homem e uma mulher é o uso físico, que se expressa sob sua forma mais reduzida: o uso sexual e; d) o encargo físico dos membros do grupo, uma vez que a apropriada é encarregada de cuidar do corpo do homem em questão e dos corpos que a ele pertencem ou dependem (filhos, enfermos, deficientes). Neste contexto, podemos expor ainda que

A apropriação física nas relações de sexo compreende o açambarcamento da força de trabalho, e é através da forma assumida por esse açambarcamento que se pode discernir que se trata de uma apropriação material do corpo; mas ela se distingue por certo número de características, dentre as quais, a essencial, compartilhada com a escravidão, é que *não existe nessa relação nenhum tipo de mensuração do açambarcamento da força de trabalho*: esta última, contida no interior dos limites característicos que um corpo individual material representa, é tomado em bloco, sem medição. O corpo é um reservatório de força de trabalho, e é, enquanto tal, que ele é apropriado. Não é a força de trabalho, distinta de seu suporte/produtor, na medida em que pode ser mensurada em “quantidades” (de tempo, de dinheiro, de tarefas), que é açambarcada, mas a sua origem: a máquina de força de trabalho. (GUILLAUMIN, 2014, p. 33 – grifo da autora)

Por estes motivos, as relações sociais de sexo não são um elemento qualquer a ser analisado em termos de produção do espaço, ela estrutura as relações sociais junto às classes e a raça, sendo igualmente importantes a nível da análise na perspectiva crítica do espaço. A dialética entre as três relações modifica a forma como os espaços são produzidos, tanto porque constrói formas distintas, quanto porque as funções atribuídas a elas se modificam a depender das forças que atuam na organização destas. Não objetivamos pensar as relações sociais como soma, ou articulação geométrica entre elas, mas como estruturas que, dialeticamente, estruturam a sociedade. De acordo com Kergoat (2009), as relações sociais são definidas por antagonismos que direcionam em alguma medida as relações com a história. Por isso, partimos da ideia de que as relações que estruturam a sociedade são as relações sociais de classe, raça e sexo, e através da relação entre a divisão do trabalho e a produção do espaço urbano, podemos desvendar como a acumulação capitalista se mantém através da introdução de novos conteúdos à realidade.

3 DIVISÃO DO TRABALHO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A divisão do trabalho, de acordo com Harvey (2016, p. 111), está relacionada à “capacidade humana de decompor atividades produtivas e reprodutivas complexas em tarefas específicas, porém mais simples, que possam ser cumpridas por diferentes indivíduos, de maneira temporária ou permanente”. No entanto, historicamente, a divisão do trabalho assumiu diferentes características, sobretudo ao ser apropriada pelo capitalismo, não se baseando apenas na separação entre campo e cidade, como explica Marx (2013) ao justificar as suas origens, mas perpassando elementos que dão a ela o caráter impositivo, e não mais consensual, como foi fundada, a exemplo da divisão sexual do trabalho em sua origem. Hoje, ela está ancorada em ideologias que mantêm dentro de limites estabelecidos grupos sociais distintos.

A compreensão da divisão do trabalho como fator fundamental da produção do espaço urbano perpassa a maneira como a cidade é construída, sendo atravessada desde sua origem pelas classes sociais, e a segregação socioespacial é um resultado destes processos. A segregação socioespacial estabelece na cidade um processo de fragmentação resultante da estruturação capitalista do espaço, onde as partes se articulam a partir do intercâmbio de

pessoas, mercadorias e capital, construindo um funcionamento característico das cidades capitalistas. Este pressuposto nos auxilia a pensar a cidade ou um bairro não a partir da sua existência em si, mas da sua relação com o entorno. Para Corrêa (2016, p. 39), o espaço urbano é constituído de áreas distintas no que se refere à “gênese, dinâmica, conteúdo econômico e social, etc.”, e acrescentamos a isso o conteúdo racial que, no Brasil, não pode ser analisado fora do contexto das classes sociais. Sendo assim, uma vez que a divisão social do trabalho é o aspecto central da divisão de classes sociais, ela também produz o espaço.

A divisão do trabalho, da maneira como se impõe atualmente, constrói na sociedade fragmentos distintos que costumam se colocar em posições antagônicas, mesmo estando, na prática, dentro de uma mesma classe social. Ao pensarmos na divisão sexual do trabalho, por exemplo, vemos que, para além da exploração do trabalho – elemento fundamental desta divisão –, há, junto a ela, uma opressão que se dá por meio da intensificação dessa exploração. Na prática, a separação entre trabalhos femininos e masculinos fundamentam a feminilização da pobreza e da precariedade do trabalho das mulheres, além da apropriação do tempo de trabalho não contabilizado realizado pelas mulheres ⁴. Daniele Kergoat afirma que:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.). Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher). (KERGOAT, 2009, p. 67)

Esta divisão, portanto, se expande por todas as outras relações na sociedade, inclusive no condicionamento dos espaços os quais as mulheres devem ocupar, que permanecem no âmbito privado, enquanto aos homens é permitido o domínio do público, construindo

⁴ Segundo a OXFAM (2017), mulheres com ensino médio completo ganham, em média, R\$ 1.338,00, 66% do que ganham os homens de igual escolaridade (R\$ 2.023,00). Na faixa de ensino superior completo, mulheres ganham R\$ 3.022,00 em média, apenas 63% do que ganham homens com o mesmo nível educacional (R\$ 4.812,00). Para exemplos práticos, médicas ganham, em média, 64% dos rendimentos de homens médicos, e mulheres economistas ganham 61% do que ganham, em média, profissionais homens. Não é diferente em relação aos negros e negras: entre os que concluíram o ensino médio, o rendimento é, em média, de R\$ 1.497,00, o que significa 76% do rendimento médio de brancos (R\$ 1.958,00) da mesma faixa educacional. Para o ensino superior, negros com diploma ganham 75% do que ganham brancos com diplomas – R\$ 3.144,00 e R\$ 4.185,00 em média, respectivamente.

especializações definidas e reafirmadas pelos próprios indivíduos, mesmo estando em posição de subalternidade. Carole Pateman (1993), ao discorrer sobre o contrato sexual, explica que as mulheres estão excluídas do contrato social (o original), e que “o contrato é encarado com o paradigma do livre acordo”, mas as mulheres não têm liberdade natural porque não nascem livres. Ela explica ainda que:

a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição. As mulheres não participam do contrato original através do qual os homens transformam sua liberdade natural na segurança da liberdade civil. As mulheres são o objeto do contrato. O contrato sexual é o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil. (PATEMAN, 1993, p. 21)

Sendo, então, objeto de contrato, as mulheres são apropriadas, açambarcadas, como defende Guillaumin (2014), e transformadas em bem comum. É esta transformação em bem comum que permite aos homens invadir o corpo das mulheres física ou verbalmente, e é o açambarcamento desta força de trabalho o que permite que eles construam presencialmente os espaços públicos. Daí, podemos afirmar que o trabalho feminino produz o espaço urbano na presença e na ausência e que a construção da cidade, em suas diversas escalas, é interceptada pelo trabalho feminino, seja ele visível ou invisível. O que vai relacionar a divisão sexual do trabalho à produção do espaço é justamente a relação entre o espaço público e o espaço doméstico.

Além da divisão sexual, podemos falar também sobre a divisão racial do trabalho, tendo em vista a forma como se estruturam as relações entre classe e raça. No Brasil, conforme já exposto, as relações de raça se constituem concomitantes às relações de classe, e a libertação dos negros nunca ocorreu de forma efetiva, mantendo-os nos lugares segregados, que não diferem essencialmente das relações do passado. São outras máscaras para um mesmo rosto. Como afirma Ianni (1966), “a liberdade que se dá ao negro é a liberdade de oferecer-se no mercado de trabalho, como mão de obra, apenas”. (p. 49)

Tal qual a relação de dominação e subordinação existente entre homens e mulheres na divisão do trabalho, existe a relação entre brancos e negros, e estes últimos são maioria na classe trabalhadora e têm participação ínfima na burguesia – se analisarmos os dados da

OXFAM (2017), notaremos que, para cada negro com rendimento superior a dez salários mínimos, existem quatro brancos.⁵ Para lembrar as forças derivativas de Harvey, posso dizer ainda que quanto maior for o rendimento salarial dentro da classe média, maior o seu embranquecimento. O inverso ocorre da mesma forma. A população negra é maioria nos bairros periféricos, assim como entre os desempregados e com baixa escolaridade, conforme apontam os dados do IBGE (2017); a taxa de desocupação da população preta e parda no Brasil é de 10,0%, enquanto da população branca de 7,1% em 2015. Para o mesmo ano, os dados da OXFAM (2017) retratam que brancos têm uma média de 9 anos de estudo, enquanto negros possuem 7,4. Isso define, na sociedade, espaços brancos que também se territorializam e se manifestam por meio de barreiras racistas e da intensificação da exploração desta população por conta de sua racialização.

A divisão racial do trabalho se expressa, sobretudo, na divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho físico (manual – corporal): o primeiro é realizado, na maioria das vezes, pelas pessoas brancas, visto que a intelectualidade é negada ao povo negro, enquanto o último é realizado pelos negros e negras que, por serem “fortes”, possuem maior capacidade para esta prática. Estas visões se irradiam para outras esferas, ao se pensar, por exemplo, nas epistemologias eurocentradas que, ainda hoje, com o aprofundamento do debate racial, continuam sendo a base de todas as “verdades científicas”.

De acordo com Neusa Santos Souza,

a espoliação social que se mantém para além da Abolição busca, então, novos elementos que lhe permitam justificar-se. E todo um dispositivo de atribuições de qualidades negativas aos negros é elaborado com o objetivo de manter o espaço de participação social do negro nos limites estreitos da antiga ordem social. (SOUZA, 1990, p. 20)

⁵ Segundo a OXFAM (2017), entre as pessoas que recebem até 1,5 salário mínimo, estão 67% das negras e dos negros brasileiros, enquanto menos de 45% são brancos. Por outro lado, cerca de 80% das pessoas negras ganham até dois salários mínimos. As mulheres, assim como os negros, estão em menor proporção em todas as faixas de renda superiores a 1,5 salário mínimo. Além disso, num período de vinte anos, os rendimentos dos negros passaram de 45% do valor dos rendimentos dos brancos para apenas 57%.

Estes aspectos irão construir o espaço urbano porque, se são os negros a maioria na população de baixa renda, isto significa ocupar postos de trabalho mais precarizados e, ao mesmo tempo, os bairros mais periferizados. A segregação socioespacial é também racial. Além disso, esta produção vai se dar por meio do trabalho em espaços mais decadentes, subempregos, mercado informal e outras atividades subvalorizadas, que mantém a população negra em modos de vida subalternizados e reinventa a escravidão com outro figurino. Concomitantemente, o espaço urbano vai sendo produzido através desta desigualdade que, para a acumulação capitalista, é fundamental.

É possível afirmar ainda que a questão racial territorializa o espaço urbano. Se por um lado entendemos que a fragmentação está pautada na articulação, conforme assinala Corrêa (2004), por outro, essa articulação se dá nos moldes de uma lógica racista, que determina horários, limites e comportamentos. Tomemos como exemplo o caso de homens negros que trabalham em bairros elitizados no setor de serviços gerais. Ainda que a ele seja permitido estar nos bairros e ocupar os mesmos prédios que a dita classe média ou a burguesia, por outro, não há nenhuma liberdade neste acesso. É necessário corresponder a uma atividade prescrita e se manter invisível naquele espaço, e caso estas pessoas sejam encontradas nestes mesmos bairros em horários distintos ou trajando outra coisa que não os uniformes, certamente serão submetidos a algum tipo de violência. As regras impostas por esse sistema não são ditas, mas são sabidas por todas as pessoas que lidam com elas no cotidiano, desde a infância, o que faz com que as pessoas já se movimentem na cidade com menor possibilidade de espaço ou ocupem as áreas que lhe são permitidas ou conquistadas ao longo do tempo.

Isso não significa que não existam enfrentamentos e resistências a tais processos, mas é importante compreender como o processo de articulação que dá “liga” à fragmentação não é neutro, ele é baseado também nestas relações sociais e se materializam no espaço através de territórios quase proibidos.

No que diz respeito às relações sociais de sexo, as mulheres ocupam a rua com menor fluidez do que os homens em determinadas áreas da cidade e em horários específicos. A noite é menos comum encontrar mulheres caminhando do que homens, até mesmo se levarmos em consideração as atividades físicas ao ar livre. De acordo com Garcia (2006), o medo é um fator de organização espacial, e não é preciso elaborar tantos conceitos para perceber como

para as mulheres esta é uma realidade. Se há um processo de apropriação individual e coletiva dos corpos, como aponta Guillaumin (2014), a maneira como as mulheres se portam nas ruas também envolve a forma como a sociedade vai lidar com o seu corpo. Se o “lugar da mulher” é em casa, não há nenhum outro motivo para que ela esteja na rua a noite, a não ser o fato de estar disponível para ser apropriada pelos homens, e embora a maior parte dos casos de estupro ocorram com pessoas próximas, ao invés de desconhecidos, este é um medo presente no cotidiano das mulheres.

As duas relações, de raça e de sexo, se complementam ao pensarmos que a mulher branca e a mulher negra também vão ocupar espaços diferentes na cidade, assim como a classe social vai interferir na forma como elas se apropriam ou não de determinados espaços e acessam ou não outros, muitas vezes até pelos meios de locomoção que estão disponíveis para estas. Por este motivo, consideramos necessária a análise conjunta destas relações, visto que separando-as teríamos uma análise parcial da realidade. Contudo aqui a escala continua sendo um elemento importante, visto que a escala que visibiliza a relação social de sexo não necessariamente deixa visível, por exemplo, as classes, o que pode gerar a necessidade de movimentá-la ao longo da pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações sociais de classe, raça e sexo são baseadas na divisão do trabalho e, conseqüentemente, nas relações de exploração e opressão que, por se desenvolverem materialmente, se espacializam e produzem os espaços urbanos, contudo, este processo se dá através da relação entre grupos sociais que não necessariamente se reconhecem enquanto tal, o que gera, em alguma medida, uma dificuldade em subverte-lo. Ao olharmos para a pesquisa que origina este artigo realizada no bairro do Alto das Pombas em Salvador-BA, nos deparamos com entrevistadas (mulheres negras) que sequer se reconhecem como negras, como mulheres (no seu sentido político) e, menos ainda, enquanto pessoas que vem sendo exploradas em sua quase totalidade por outras pessoas e pela própria lógica capitalista.

Se por um lado, o discurso delas fica marcado pelo não reconhecimento da raça, da classe ou mesmo do sexo como elemento que interfere nas relações de trabalho, por outro, o que elas trazem elementos importantes para compreendermos a produção do espaço urbano.

Uma das entrevistadas, por exemplo, relata a discriminação pela qual passou em um shopping, quando entrou numa loja de sandálias de marca para comprar um produto e não foi atendida, enquanto pessoas brancas que chegaram posteriormente tinham seus pedidos rapidamente solicitados. Para ela, o mal atendimento se deu por estar mal trajada, contudo, sabemos que estar “mal trajada” não é pré-requisito para ser mal tratado quando se é branco. O que faz as vendedoras não a atenderem é o fato dela ser uma mulher negra mal vestida, ou seja, uma negra que, mesmo tendo poder de consumo, não atende a regra de valores e modelos de organização da personalidade do branco, como afirma Souza (1990), concluindo que mesmo o negro que não quer “se passar por branco” precisa “corresponder aparentemente a esse requisito, onde e quando aspirem ser aceitos e a serem tratados de acordo com as prerrogativas de sua posição social.” (p. 23)

Este é apenas um exemplo de como a raça interfere nos espaços pelos quais as pessoas circulam. No geral, a população negra lida com diversos símbolos que impedem a sua permanência em alguns espaços. Outra entrevistada diz que o seu pai é negro, mas ela e o namorado são pardos. Ela nega a sua negritude para si, porque se afastar do ser negro é se tornar mais importante. Ser parda é estar mais próxima do branco – um ideal nesta sociedade – do que do negro, que é tudo aquilo de negativo. Fanon (2008) diz que “ser branco é como ser rico, como ser bonito, como ser inteligente” (p. 60). Há sempre uma tentativa de ocultar o fato de ser negro, dando, inclusive, outros nomes a esse fato, como o “moreno”, o “mulato”, o “pardo”. Ao caracterizar uma pessoa negra, aparecem “moreninho”, “escurinho”, “excessivamente moreno”, mas nunca “negro”. Isso nos mostra como a ideologia de branqueamento é assimilada pela população preta-parda, que passa a fugir de suas origens étnicas (GARCIA, 2009, p. 84). E a estética (afirmada ou negada a partir da negritude) irá auxiliar na definição dos locais de trabalho que estas pessoas podem estar, em que espaços podem aparecer na mídia e quais lugares ocuparão na sociedade. A sua negação vai atuar diretamente na autoestima dessa parcela da população que, como já é negada a todo momento, passa a se auto-negar, a fim de ascender socialmente.

O fato de as mulheres negras aparecerem na mídia e em outros discursos frequentemente relacionadas ao samba e ao sexo dá manutenção aos espaços que elas podem ocupar. Elas não estão relacionadas à intelectualidade, nem ao espaço público e, menos ainda, aos “espaços de poder”, mas ao uso e à apropriação dos seus corpos – e produtos dele – pelos

homens. Como a forma como eles se apropriam interfere no tempo que as mulheres dispõem para viver, eles acabam se apoiando nelas para construir os espaços. A produção de suas vidas se baseia no trabalho das mulheres, desde a arrumação da casa à criação de “seus” filhos. Deste modo, eles possuem maior tempo para produzir e se apropriar dos espaços públicos, tendo sua presença em evidência.

Guillaumin (2014) aponta que

*Não se trata somente da esposa, mas sim do grupo de mulheres em geral. Afinal, são as mães, irmãs, avós, filhas, tias etc., que não assinaram nenhum contrato individual com o esposo, o “chefe de família”, que contribuem para o sustento e a conservação dos bens, vivos ou não, deste último. (...) Não em virtude de um contrato direto de apropriação, como é o caso da esposa (cuja nua-apropriação se manifesta – sobretudo e primeiramente – pela obrigação legal do serviço sexual), mas em função da apropriação geral da classe de mulheres, que implica que o tempo das mulheres (seu trabalho) está à disposição sem contrapartida contratual. Está à disposição em geral e indiferentemente. *Tudo se passa como se a esposa pertencesse em nua-propriedade ao esposo e a classe das mulheres pertencesse em usufruto a cada homem e, particularmente, a cada um que tenha adquirido a utilização privada de uma delas.* (grifos da autora, p. 35)*

Desta forma, as mulheres também acabam introjetando seu “papel social”, que é o serviço aos homens. Outra entrevistada, por exemplo, trabalha fora de casa assim como o marido, mas só ela realiza as atividades domésticas, as quais nem são mencionadas quando questiono sobre o que faz nos momentos em que está em casa. Isso já está naturalizado, da mesma forma que o trabalho reprodutivo. Ela, mesmo realizando todas as atividades, afirma nunca ter sofrido machismo, nem ter sido discriminada por ser mulher. Contudo, todas essas apropriações das quais fala Guillaumin são expressões do sistema patriarcal – e, conseqüentemente, do sexismo – que estrutura, junto às classes sociais e ao racismo, a sociedade.

A primeira entrevistada, da mesma forma, divide as atividades apenas com a mãe e a irmã, embora seu pai more junto com elas. Mesmo sem ser casada, ela é responsável pela reprodução da vida do seu pai e pela participação pública dele. Ela conta que um dia, encontrando uma mulher dirigindo um ônibus, notou que muitas pessoas negaram toma-lo por não se sentirem seguros em serem transportados por ela. Isso nos remete novamente à divisão sexual do trabalho e às profissões que dão acesso à vida pública, e, sobretudo, às que dão

liberdade ao indivíduo. Saber dirigir, para quem pode ter um carro, é ter liberdade para ir e vir, em certa medida, além de facilitar o acesso aos espaços públicos. Isso é incentivado desde muito cedo aos homens, com os brinquedos que lhe são destinados (aos garotos, bola e gude, jogos que normalmente ocorrem na rua, e às garotas, boneca – o que estimula a maternidade, o cuidado e a presença no lar).

Estas opressões se desenvolvem de tal maneira nas relações subjetivas e materiais destas mulheres e destes homens, que interferem na concretude dos espaços nos quais atuam. Utilizar as opressões como instrumento para pensar o espaço urbano é compreender que suas dinâmicas estão entrelaçadas e se materializam no espaço, tanto na relação entre o público e o privado, quanto se manifestando através do duo presença-ausência no espaço público. No Alto das Pombas isoladamente, notar as tensões entre classes sociais é difícil, mas, através das opressões e de sua reprodução nos relatos das mulheres, conseguimos alcançar a sua presença (e influência), do mesmo modo que podemos percebê-las ao pensar a relação do bairro com seu entorno.

Ao analisar nesse contexto as relações entre raça e sexo, fica explícita a importância do diálogo dessas categorias com a de classe social. A forma como as opressões de sexo se dão para as mulheres burguesas constroem possibilidades que permitem, dentre outras coisas, que uma mulher exerça poder em relação a um homem, ainda que ela seja negra, já que pautamos a questão racial. A compreensão destas relações na ausência do debate sobre classe limita a construção teórica acerca da sociedade e do espaço público, porque atuaríamos apenas no campo da aparência. Por isso, é válido retomar a consubstancialidade como conceito fundamental dos estudos na sociedade. Para Kergoat (2016), a consubstancialidade possui dois objetivos: o “conhecimento dos mecanismos de opressão, o qual requer que sua complexidade não seja negada”, e a “saída desses sistemas tendo a emancipação como horizonte”. A busca da perspectiva consubstancial não é apenas convocar as relações sociais, mas também colocá-las em diálogo.

Os impactos das relações de classe no espaço público do Alto das Pombas aparecem na forma como as pessoas se organizam no bairro e no por que se organizam. A necessidade de fixar uma barraca na praça e trabalhar todos os dias, sem feriado nem hora extra, é reflexo da maneira como as classes sociais estão estruturadas e de como a desigualdade ali se instala. A presença das relações de classe é inegável. Da mesma forma que a organização das mulheres



no bairro e a luta por políticas públicas e, historicamente, por saneamento, demonstram estas relações. Contudo, não a compreendemos de forma individual, mas coletiva.

A Geografia, portanto, abre diversas possibilidades para compreendermos a dialética entre relações sociais e espaço, visto que a partir da organização espacial podemos perceber como as explorações e opressões vem recebendo manutenções ao longo dos anos. Por outro lado, o espaço é uma chave para a transformação da sociedade. Uma sociedade igualitária requer a transformação dos espaços, dos acessos e da forma como eles são vividos, e, nesse ínterim, a perspectiva crítica é um importante caminho para a compreensão e possível transformação destas questões. No entanto, é fundamental que esta perspectiva avance e consiga agregar elementos outrora ignorados, para que seja possível nos aproximarmos de uma compreensão da totalidade.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

CIAGS/UFBA; SEMA. **O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes** / Elisabete Santos, José Antonio Gomes de Pinho, Luiz Roberto Santos Moraes, Tânia Fischer, Organizadores. Salvador: 2010.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Relações Sociais de Sexo, “Raça/Etnia” e Classe: Uma análise feminista materialista**. Temporalis, Brasília, ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014b.

CONDER. **Painel de Informações: Dados Socioeconômicos do Município de Salvador por Bairros e Prefeituras-Bairro**. Disponível em: <www.conder.ba.gov.br>, acesso: 13 ago. 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação Residencial: Classes Sociais e Espaço Urbano. In: VASCONCELOS, P.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 39-60

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friederich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 3. ed. São Paulo: Global, 1984.



Estatísticas de Gênero, IBGE 2017. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=&tema=4691>>, acesso: 10 jan. 2018.

CURIEL, O.; FALQUET, J. Introdução. In: FERREIRA, V.; Ávila, M. B.; FALQUET, J.; ABREU, M (Org.). **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu.** Recife: SOS Corpo, 2014. p. 7-26

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

GARCIA, Antonia dos Santos. **Desigualdades Raciais e Segregação Urbana em Antigas Capitais: Salvador, Cidade d'Oxum e Rio de Janeiro, Cidade d'Ogum.** Rio de Janeiro: Gramond, 2009.

_____. **Mulheres da cidade d'Oxum.** Salvador: EDUFBA, 2006.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, V.; Ávila, M. B.; FALQUET, J.; ABREU, M (Org.). **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu.** Recife: SOS Corpo, 2014. p. 27-99.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **Revista Geographia**, v. 14, n. 28, 2012.

HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÈ, H. (et al.). **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

IPEA; FBSP. **Atlas da Violência 2017.** Rio de Janeiro, 2017.

IANNI, Octávio. **Raças e Classes Sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÈ, H. (et al.). **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, A; HIRATA, H; LOMBARDI, M. (Org.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França – perspectivas interseccionais.** São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política – Livro I.** São Paulo: Boitempo, 2013.



MOURA, Clóvis. **O racismo como arma de dominação**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-racismo-como-arma-ideologica-de-dominacao/>>. Acesso em 12 de junho de 2017.

MUNANGA, Kabengele. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. **Cadernos PENESB** (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira), Rio de Janeiro, n. 5, p. 15-34, 2004.

OXFAM. **A distância que nos une**: Um Retrato das Desigualdades Brasileiras. Publicado em 25 de setembro de 2017. Disponível em: <www.oxfam.org.br>

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **“Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2008.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROSA, Crislane Palma da. **Quem se apropria do espaço público?** Classe social, raça e sexo sob o olhar do Alto das Pombas, Salvador-BA. Trabalho de Conclusão de Curso, UFBA: 2018.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, L.; FERRARI, M. **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. 2. ed., Florianópolis: Insular, 2013. p.63- 89

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Graphium, 2011.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SERPA, Angelo. **Cidade popular**: trama de relações sócio-espaciais. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

SERPA, Angelo. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 2, p. 586-600, agosto 2017.

SOUZA, Neusa dos Santos. **Tornar-se Negro ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.



SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P.; CORRÊA, R.; PINTAUDI, S. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 61-93

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P.; CORRÊA, R.; PINTAUDI, S. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016. p.17-38